

ATA N.º 18/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2019:

No dia onze de setembro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e quinze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – 7.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022

PONTO 2 – Aceitação de doação e celebração de protocolo de colaboração com Smartenergy 1813

PONTO 3 – Aceitação de doação e celebração de protocolo de colaboração com Smartenergy 1814

PONTO 4 – Preço para venda da publicação «Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira».

PONTO 5 – Tarifa de inscrição no Curso comemorativo do Dia Nacional dos Castelos – 12 e 13 de outubro de 2019

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e

por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 17/2019, da reunião ordinária de 21 de agosto de 2019.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Raul Cristovão e José Calado, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS SRS./A PRESIDENTE / VEREADOR DO PELOURO / DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL / CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Amaro; Vereador do Pelouro, Luís Miguel Calha; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 21.08.2019 e 10.09.2019.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 19.08.2019 e 06.09.2019.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 21.08.2019 a 10.09.2019, no valor de 2.181.980,02 € (dois milhões, cento e oitenta e um mil, novecentos e oitenta euros e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 10.09.2019, apresenta um saldo de 10.573.001,90 € (dez milhões, quinhentos e setenta e três mil e um euros e noventa cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 9.136.204,14 € (nove milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e quatro euros e catorze cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.436.797,76 € (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa e sete euros e setenta e seis cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação (57.ª Festa das Vindimas).**

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação (João Bragadeste).**

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação aos atletas da equipa Sparks – Tennis Park Palmela.**

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação (57ª Festa das Vindimas).**

“Entre 29 de agosto e 3 de setembro, Palmela viveu a 57.ª edição da sua Festa das Vindimas e celebrou, uma vez mais, com enorme brilho e galhardia, a sua identidade - fortemente associada ao trabalho na terra e aos produtos de grande qualidade - as suas gentes e a sua capacidade de concretização.

O certame recebeu, como habitualmente, milhares de visitantes e contou com um programa recheado de propostas atrativas, onde se cruzaram a música, a dança, o desporto, a gastronomia, a animação e os momentos mais simbólicos da Festa, como a eleição da Rainha das Vindimas, a Pisa da Uva e Bênção do 1.º Mosto, o Cortejo dos Camponeses ou o Cortejo

Alegórico, que assinalou o 10.º aniversário da distinção de Palmela como 1.ª Cidade do Vinho de Portugal.

A Vinha e o Vinho são o coração da Festa, que tem sabido reinventar-se e reforçar esta relação através de novas ações e espaços privilegiados, como o *Adegas Wine Lounge* e o espaço do Fontanário, a eleição da melhor vinha 2019 e do melhor castelão (escolha do consumidor), as harmonizações vínicas e gastronómicas, a presença da Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, do Município de Peso da Régua (Cidade do Vinho 2019) e do Município de Silves ou a entrega de prémios do concurso enológico internacional "Cidades do Vinho", onde Palmela voltou a ser o território nacional mais premiado.

Palmela é, também, Música e a participação do movimento associativo, das Bandas, Corais, Marchas, Cavalinhos, Ranchos Folclóricos e tantos outros agrupamentos e músicos do nosso Concelho contribuiu para sublinhar esta realidade e para engrandecer a Festa, partilhando este imenso património cultural com o público.

O prestígio da Festa das Vindimas e de Palmela foi ainda reafirmado com a visita de várias personalidades e, particularmente, pela honrosa presença de Sua Excelência o Presidente da República.

Reunida a 11 de setembro de 2019, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** os órgãos sociais e colaboradores da Associação de Festas de Palmela que, de forma abnegada, trabalharam meses a fio para concretizar mais uma edição de prestígio da Festa das Vindimas, com toda a qualidade que lhe reconhecemos. Saúda, também, todas as jovens que disputaram o título de Rainha das Vindimas e trouxeram mais beleza e cor ao certame. Saúda ainda os agentes económicos participantes e patrocinadores e todas e todos os que deram o seu contributo para a realização do certame e para assegurar o seu conforto e segurança, das instituições e associações locais aos corpos de Bombeiros e GNR, sem esquecer as trabalhadoras e os trabalhadores municipais, envolvidos, de múltiplas formas, na construção da Festa."

Sobre a saudação (57ª Festa das Vindimas) intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e reforça o que está plasmado na saudação, dando ênfase, sobretudo à grande participação do movimento associativo e à participação das Adegas e vitivincultores, que mais uma vez, fortaleceram com a sua presença, não só a divulgação, mas também uma amostra da qualidade dos produtos que o concelho e as adegas de Palmela conseguem hoje pôr ao dispor de todos, não só a nível nacional, como a nível internacional. Deixa também, uma saudação muito forte à Associação de Festas das Vindimas, pelo esforço e dedicação que, mais uma vez, conseguiram levar para a frente esta 57ª edição das Festas das Vindimas e, é sempre possível fazer melhor e diferente, mas, de facto, fizeram com muita dedicação, com muito trabalho e estão de parabéns e como autarcas só têm de agradecer esse esforço e essa dedicação.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que a presente saudação é merecida, de facto, a Festa das Vindimas, é uma festa de Palmela e é, cada vez mais, uma festa marcante no panorama distrital e nacional. Salaria que este ano foi honrada com a presença do mais alto magistrado da nação, o Sr. Presidente da República, que, no fundo, representa o reconhecimento da força da Festa das Vindimas e aproveita para saudar todos quantos nela participaram, os produtores com os seus magníficos vinhos, como todas as outras atividades económicas e, naturalmente, agradece à Comissão de Festas que abnegadamente levou a efeito mais uma edição, neste caso 57ª edição e, aguarda pela 58ª, porque, de facto, a 57ª já deixa saudades.

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que também se associa a esta saudação e sabe como são estas dinâmicas, pois esteve ligado durante muitos anos à questão da criação de festas e reconhece o trabalho que esta gente teve para organizar a Festa das Vindimas, por isso deixa aqui os parabéns. Refere também que, mesmo quando as situações não decorrem a 100% como é pretendido, tenta-se sempre fazer o melhor possível e, é sempre de louvar o trabalho da Comissão de Festas, porque, durante estes dias, não dormem, não estão com a família e isso, muito pouca gente sabe o que é passar por essas situações desagradáveis. Portanto, dá os parabéns pelo trabalho feito por esta Comissão de Festas e deseja sucesso para o ano seguinte.

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. Saudação (João Bragadeste).

“João Bragadeste, residente em Quinta do Anjo, sagrou-se Campeão Nacional de Triatlo de Média Distância, Grupo Idade 30-34 anos, no Campeonato Nacional Individual de Média Distância – Régua Douro Triatlo 2019, que se realizou no dia 25 de agosto de 2019, na Régua.

Para além do título individual no grupo idade 30-34 anos, João Bragadeste, alcançou o 3.º lugar na classificação absoluta.

Reunida em Palmela, a 11 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** João Bragadeste pelo título de Campeão Nacional de Triatlo de Média Distância, Grupo Idade 30-34 anos, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. Saudação aos atletas da equipa Sparks – Tennis Park Palmela.

“Entre os dias 26 e 30 junho, realizou-se no Clube de Ténis de Vale de Lobos, no Algarve, o Campeonato Nacional de Ténis por Equipas + 50 anos, masculinos.

Entre as equipas participantes, esteve a equipa do Sparks – Tennis Park Palmela, constituída pelos atletas Rui Ribas (capitão), Pedro Martins, Rui Claro, Emanuel Cadório, Jorge Almeida, João Alonso, Carlos Carvalho e Fernando Alves, que acabou por se sagrar vice-campeã nacional.

A equipa palmelense, que só foi derrotada na final pelo Clube de Ténis do Porto, somou por vitórias todos os confrontos efetuados na fase de grupos

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, no dia 11 de Setembro de 2019, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** os atletas da equipa do Sparks – Tennis Park de Palmela que se sagraram vice-campeões nacionais e formula votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Consulta pública do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios –**
O **Sr. Presidente** recorda que a Consulta Pública do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios está a decorrer até 26 de setembro. Trata-se de uma consulta pública e uma 1ª Revisão do Plano Intermunicipal que vigora entre 2016 e 2020. Ao contrário daquilo que acontece em muitos pontos do país, o Plano está aprovado e em vigor desde 2016 e estão a proceder a uma revisão aqui no município de Palmela, como também nos restantes municípios da Arrábida. Esta consulta decorre no seguimento do parecer prévio favorável das Comissões Municipais de Defesa da Floresta de Palmela, Setúbal e Sesimbra e do parecer vinculativo positivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Informa que os elementos relativos à revisão do Plano estão disponíveis para consulta no Balcão de Atendimento da Câmara Municipal de Palmela (Edifício Paços do Concelho, Largo do Município, 2954-001 Palmela), de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 15h30, e no sítio da internet do Município. Informa ainda que, os cidadãos, que assim o entendam, poderão ainda contactar o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida (GTFIA) para mais esclarecimentos. Refere também, que terminado este processo de consulta pública, esta 1ª revisão ao Plano, será remetida para deliberação final e para a respetiva Assembleia Municipal no caso de Palmela, porque os outros municípios terão de fazer o mesmo nas suas Assembleias Municipais.

• **Obra de recuperação do Salão Nobre e Paços do Concelho - O Sr. Presidente** refere que foram várias, as tentativas com concursos desertos, porém, parece que há terceira é de vez, portanto, a obra de recuperação do Salão Nobre e Paços do Concelho foi, finalmente, adjudicada, é uma empreitada com um custo de aproximadamente 725.000€. A obra tem um prazo de execução de 9 meses, tem duas áreas de intervenção, sendo que a área de intervenção I envolve a reabilitação das fachadas e coberturas incluindo o saguão, zona da arcada, galeria e pátio exterior poente e é cofinanciada por fundos comunitários que resulta de uma candidatura ao Plano de Ação para a Reabilitação Urbana dentro do PEDUS de Palmela (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável). A área de intervenção II abrange a reabilitação do Salão Nobre e as áreas adjacentes nos pisos 0 e 1, incluindo as salas previstas para o piso do sótão e é financiada exclusivamente pelo município de Palmela. Refere que uma das principais ações é o restauro das pinturas, de modo a assegurar a preservação histórica e patrimonial desse legado e, por outro lado, vai ser criada uma entrada de nível para que qualquer pessoa possa aceder ao salão nobre, independentemente da sua condição física. Esta empreitada recorre a diversas especialidades, a ações reversíveis e pouco intrusivas, porque trata-se de um edifício histórico. O projeto teve a aprovação da Direção Geral do Património Cultural – DGPC.

• **Obras de Urbanização em Vale Flores – O Sr. Presidente** refere que já está em curso a empreitada na zona da Rua do Assentador, numa rotunda e o acesso à nova Igreja e à Estação de Tratamento de Águas em Vale Flores, no valor de 212.000€, para concluir infraestruturas inacabadas e outras que foram destruídas no loteamento. Entretanto, também já foi adjudicada e começará em breve, uma outra obra nesta urbanização, nas áreas envolventes à Praceta do Limpador de Máquinas e do Auxiliar de Trens em Vale Flores, uma zona na qual já se sente uma dinâmica urbanística, com um conjunto de edifícios plurifamiliares já aprovados. Portanto, trata-se de um conjunto de obras que vão ser feitas em substituição dos titulares do alvará do loteamento ao nível das infraestruturas de água e esgotos, rede de rega, rede de comunicações, pavimentos e rede elétrica, até porque esta componente da rede elétrica do loteamento, ao longo de muitos anos, foi a mais vandalizada, pelo que será necessário construir de raiz dois novos postos de transformação e todas as ligações necessárias em baixa tensão para os edifícios. Refere que hoje, em reunião com a EDP, tiveram a oportunidade de solicitar a sua diligência para que fossem rápidos com o empreiteiro, no sentido de priorizar esta questão da rede elétrica, porque é indispensável para o desenvolvimento das obras que estão programadas naquela zona. Esta segunda empreitada tem um prazo de execução de 4 meses e foi adjudicada por cerca de 277.000€.

• **Conservação do Chafariz D. Maria I e reabilitação da Capela de S. João Baptista –**

O Sr. Presidente refere que em relação ao património do concelho de Palmela, o município faz um enorme esforço para o ter sempre nas melhores condições, mas é necessário perceber as condicionantes técnicas que existem que, por vezes, complicam uma intervenção, especialmente no património que está classificado. Informa que o projeto de conservação do Chafariz Dona Maria I foi concluído, encontram-se em análise algumas peças de especialidades, para ser remetido à Direção Geral do Património Cultural que terá de dar a respetiva aprovação. O projeto custou cerca de 11.000€ e define a técnica e materiais a utilizar, para se poder fazer a conservação daquele monumento, porque o Chafariz D. Maria I é património classificado, não é possível fazer qualquer intervenção, ainda que superficial, como pintura ou conservação das cantarias, dos tanques, sem um projeto específico feito por especialistas em conservação e restauro. Acrescenta que, também no domínio do património, está em concurso o projeto de conservação da Capela de S. João Baptista, com um preço base de cerca de 20.000€, ao qual acresce o IVA. Sobre este processo, recorda que há cerca de 2 anos foi apresentado em reunião de Câmara um protocolo com a Diocese de Setúbal, para poder concorrer a fundos comunitários para a reabilitação daquele edifício que está no Largo de São João e que pretendem que contribua para o conjunto do edificado naquele espaço. Esse protocolo, entretanto, teve de ser revisto, porque a autarquia vai ser comodante, ou seja, vai ter o edifício durante 25 anos, com o objetivo da requalificação urbana e de poderem vir a instalar ali um espaço de exposição ligado à arte sacra. Refere que para além dos 20.000€ do projeto, a autarquia já gastou muito mais em várias peritagens e estudos de estabilidade dos elementos, por causa da degradação do edifício. Portanto, tiveram várias empresas da especialidade, uma vez que é um edifício que também implica todas estas especialidades ligadas à questão das patologias da conservação e restauro. A candidatura previa cerca de 200 a 250.000€, mas já se estima que para a sua reabilitação e preparação integral, os valores cheguem aos 450.000€. Portanto, na próxima reunião de Câmara irá ser apresentado um novo contrato de comodato e protocolo com a Diocese, contudo, entendeu fazer este esclarecimento, para aquela opinião pública menos informada e avisada sobre esta matéria, até porque nem toda a gente consulta o Diário da República. Pelo que informa que este projeto está em concurso, foi feito um outro projeto de diagnóstico e vai ser entregue para 2 fases de obra, ou seja, na primeira fase pretende-se executar todos os trabalhos tidos como necessários à contenção e escoramento dos elementos estruturais da Capela identificados como estando em risco de queda, sendo que a contenção e escoramento deve, tanto quanto possível, ser adequado à execução dos trabalhos a serem realizados de acordo com o definido na fase 2 do projeto. A 2ª fase do projeto corresponde à definição de todos os trabalhos tidos como mínimos e necessários à execução do reforço estrutural do conjunto da Capela de S. João.

• **Concurso público para a obra de rede em baixa de águas residuais domésticas – O Sr. Presidente** refere que na reunião do dia 21 de agosto não deu esta informação, porque era o dia em que era publicado em Diário da República. Portanto, trata-se da rede em baixa de águas residuais domésticas, vulgarmente conhecido por rede de esgotos, para uma área periurbana na zona da Lagoa da Palha que contempla a Avenida da Herdade, Rua 1.º de Maio, Rua Joaquim Agostinho, Rua do Olival, fruto de um compromisso que foi assumido com a população do local, considerado fundamental e que constitui um grande esforço financeiro para o município, uma vez que, infelizmente, não há fundos estruturais para este tipo de obras e aqueles que existem, geralmente são para remodelações e para sistemas que têm dezenas de milhares de utilizadores. Recorda que estes fundos deveriam apoiar os pequenos sistemas e aqueles que não têm a visão lucrativa e rentável, aliás, neste caso, o número de pessoas que vão ficar ligadas não compensa e a ERSAR vai tentar que se aumente a tarifa fixa para todos, contudo, a autarquia considera que existem 3 ou 4 locais no concelho que, dada a sua densidade, mesmo sendo periurbana e havendo condições técnicas, vale a pena fazer este investimento. Portanto, a partir de amanhã serão abertas as propostas na plataforma dos concursos, com um preço base de 513.417,30€ acrescido de 6% de IVA, um investimento grande e que foi possível, também com a cooperação de alguns moradores para instalação depois da futura estação elevatória que está integrada no projeto, que em vez de fazer um prolongamento que serviria apenas mais 3 ou 4 pessoas, irão tornar toda aquela zona infraestruturada. Recorda ainda, que estão a trabalhar noutros projetos, mas para já compete anunciar somente este.

• **Semana Europeia da Mobilidade – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e refere que o município de Palmela assinala a Semana Europeia da Mobilidade com um conjunto de iniciativas que este ano terá um grande enfoque na pedonalidade. Para além da habitual exibição de curtas-metragens de sensibilização nos atendimentos municipais e da Hora do Conto nas bibliotecas municipais, este ano irá decorrer, no dia 21 e no CRJ de Pinhal Novo, uma ação de formação que ensina e treina a conduzir de bicicleta na cidade e uma mostra de veículos alternativos, no largo de S. João, já no dia 19. No dia 21 de setembro, irá realizar-se a 6ª pedalada noturna pelos trilhos da Arrábida e no dia 22 de setembro o passeio intermunicipal de bicicleta, no quadro da área Metropolitana de Lisboa, sendo que a partida será da alameda 25 de Abril, às 9h00 com destino à Quinta do Conde. Ainda no dia 21, pelas 22h00 e às 9h00 estão programadas duas importantes caminhadas, uma das caminhadas, alusiva ao Dia do Coração, com partida da praça da Independência e passagem pela rede de ciclovias de Pinhal Novo, incluindo o novo troço da ecopista, entretanto concluído e uma outra, a 1ª caminhada inclusiva de Quinta do Anjo que passará também na nova ciclovia. Ambas as iniciativas têm dinamização e participação das Juntas de Freguesia e Associações. Destaca que uma das iniciativas novas deste ano é, particularmente importante, porque pretende ter

continuidade ao longo de todo o ano e reproduzir-se noutros locais, ou seja, trata-se do início do Pedibus de Quinta do Anjo, com destino à Escola Básica Matos Fortuna. A ideia é, que as crianças, acompanhadas de um adulto que poderá ir mudando, vão a pé para a escola por um percurso e com horários pré-definidos. O objetivo é criar nas e nos jovens e suas famílias, hábitos mais saudáveis de deslocação, em particular dentro das localidades, retirar carros das ruas e promover a fruição dos espaços locais e hábitos comunitários.

• **Iluminação pública na Quinta do Pinheiro, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e informa que ficou concluída a intervenção da extensão de iluminação pública no circuito de manutenção da Quinta do Pinheiro, em Pinhal Novo, uma das obras mais reclamadas pelos moradores já há bastante tempo, e esteve incluída no plano de investimentos da EDP, mas que, à semelhança de todos os outros investimentos nos últimos 3 anos, não foi realizada. Portanto, neste sentido, a autarquia assumiu a despesa, num investimento à volta dos 15.000€ e realizou esta intervenção, uma vez que era inaceitável não resolver esta questão em relação à EDP, nomeadamente no contrato de concessão de baixa tensão e daquilo que obriga a investir no concelho, num valor de cerca de 300.000€ por ano. Na reunião que a autarquia teve com a EDP, durante esta manhã, foi assinada uma nova versão do anexo ao contrato de concessão, que não sendo perfeito, não deixa de ser um instrumento melhor do que o anterior e que também competia à autarquia o seu acerto, no qual ficaram acordados alguns investimentos que devem ser realizados pela EDP, porque já foram pedidos no ano passado e espera-se que, em 2019 a Avenida dos Bombeiros, Rua Heliodoro Salgado e Rua Contra-Almirante Jaime Freitas tenham, finalmente, a sua infraestrutura enterrada, libertando-as da poluição visual que são os cabos pendurados nas paredes e cortando as linhas de paisagem.

• **Iluminação pública no viaduto da Venda do Alcaide – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que ficou também previsto, para o viaduto da Venda do Alcaide, um reforço, uma extensão de iluminação pública, uma vez que parte dele, que também tem um atravessamento deste não está eliminado. Refere que esta reunião serviu para pôr alguma pressão na EDP, normalizar algumas situações que existiam em relação a uma discordância, até no âmbito da AML relativamente ao que constava no anexo e que, entretanto, perderem a oportunidade e a utilidade, daí que a autarquia, três anos depois, numa altura em que também outras autarquias abandonaram a posição de não assinar o anexo, não fazia sentido, ter uma posição de orgulhosamente sós, até porque dificultava as candidaturas que fizeram em relação à instalação de leds.

- **Programa LED** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** anuncia também, que a EDP em 2019, ao abrigo do programa Led's, irá fazer uma instalação no concelho de Palmela de 1065 luminárias Led, o que irá complementar a intervenção de 2100 que estão incluídas na candidatura ao Portugal 2020 que foi aprovada.

Sobre a eficiência energética e a iluminação pública, o Sr. Presidente refere que uma das notícias que não foram preparadas atempadamente para trazer a reunião de Câmara, relativa a estas questões, foi que a candidatura de Palmela foi uma das que foram aprovadas pelo POR Lisboa e na AML, no âmbito da eficiência energética e iluminação pública. Refere que em relação à obra na Rua Heliodoro Salgado e outras, não tem assim tantas esperanças que esteja concluído este ano, mas de facto, está prometido que a rede enterrada na Avenida dos Bombeiros é para arrancar ainda este mês e, portanto, vão ter de aguardar se a EDP realmente cumpre.

- **"Eu Participo"** – O **Sr. Presidente** recorda que na próxima semana irá ser dado início ao ciclo "Eu Participo", decorrendo como habitualmente de 2ª a 6ª feira, com uma sessão em cada uma das freguesias, sempre às 21 horas, para se debater as propostas apresentadas em abril, as que foram selecionadas e as que vão estar em votação, como também para fazer o ponto de situação de obras que estão previstas neste ciclo de participação, em anos anteriores. A 1.ª sessão irá decorrer na segunda-feira em Poceirão, na terça-feira em Palmela, quarta-feira em Marateca, quinta-feira em Pinhal Novo e sexta-feira em Quinta do Anjo.

- **Obras na rede viária** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que relativamente às obras na rede viária no concelho de Palmela, dá nota que foram concluídas recentemente, 3 novas obras, nomeadamente a reabilitação da Circular Sul da Autoeuropa, com o valor de cerca de 100.000€, concluída em agosto, antes do reinício de atividade de parte substancial do Parque Autoeuropa; foi concluída a repavimentação da Rua Helena Cardoso, em Palmela, que custou cerca de 27.500€, a rua que dá acesso à Serra do Louro, sendo que a sua conservação tem a importância acrescida para a circulação de ciclistas e acesso até à Adegas; foi ainda, concluída a obra da Rua Nova do Vale, com uma pavimentação nova, no valor de cerca de 50.000€.

Refere ainda, que está a decorrer a obra da pavimentação da Travessa 9 de Março, em Cajados, adjudicada por cerca de 35.400€, a obra de pavimentação do Aceiro do Marcolino, no valor de cerca de 203.000€, na qual já só falta a sinalização horizontal e vertical. Está também, a decorrer a obra de drenagem pluvial e pavimentação nas Ruas das Flores, Lusíadas e Luis de Camões, na Lagoinha, adjudicada por cerca de 45.000€.

• **Abertura do ano letivo 2019/2020 – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que relativamente ao início do ano letivo 2019/2020, Palmela, como Município Educador inclui na sua política local e de desenvolvimento sustentável os Princípios das Cidades Educadoras, que se consubstanciam na construção de um Projeto Educativo Local. Este projeto construído com as pessoas, a partir do território, inclui o direito a uma cidade educadora ao serviço integral das pessoas e que se compromete com a educação como um processo democrático e participado ao longo da vida. Assim, no início de mais um ano letivo, a Câmara Municipal de Palmela no âmbito das suas atribuições e competências, continua a investir fortemente na área da Educação.

Portanto, nos transportes escolares, mantém-se a discriminação positiva da distância casa/escola igual ou superior a 2 km, enquanto a legislação em vigor define uma distância maior de 4 km. A rede de transportes escolares abrange 1 884 alunos e destes, 1 659 utilizarão transportes públicos e 225 alunos serão transportados em viaturas municipais, estimando-se uma despesa no valor de 709 624,00€. Refere que após 4 anos de implementação, considera-se consolidado o transporte dos alunos da zona do Bairro Alentejano para a Escola Hermenegildo Capelo, em Palmela, potenciador de um próximo serviço público de transporte concessionado.

Na Ação Social Escolar destaca que, aos alunos dos agregados familiares integrados no primeiro e segundo escalões do abono de família, é aplicado um escalão único, indexado ao valor do escalão A, através de discriminação positiva e beneficiam dos seguintes apoios: o Pré-escolar com refeição gratuita, para cerca de 316 crianças; no 1.º Ciclo do ensino básico, refeição gratuita e apoio financeiro para material escolar e visitas de estudo, no valor proposto ao CME de 40,00€ (quarenta euros) /aluno, para cerca de 950 alunos; a oferta dos cadernos de atividades para todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico numa previsão para 2400 alunos. Para o presente ano letivo, mantém-se a atribuição de Bolsas de Estudo, para apoio ao prosseguimento de estudos, de 30 alunos/as que ingressem ou frequentem estabelecimentos de Ensino Secundário Público, Cursos de Especialização Tecnológica - CET- (formação pós-secundária não superior) e Ensino Superior, cujas candidaturas decorrem entre 15 de setembro e 30 de outubro, e que serão pagas em janeiro de 2020. Realça que esta medida visa contribuir para que alunos e alunas do concelho, independentemente da sua condição social e económica, prossigam e concluam os estudos e constitui uma despesa global de cerca de 147.000€.

No Programa de Alimentação Escolar, prevê-se o fornecimento de 2800 refeições diárias, com uma despesa global de cerca de 1.132.000€, mantendo-se a distribuição de fruta aos alunos do 1º ciclo e às crianças da educação pré-escolar, ao abrigo do "Regime da Fruta Escolar", para esta ação prevê-se uma despesa global de cerca de 31000€, comparticipada em cerca de 70% pelo IFAP, para os alunos do 1º ciclo. Portanto, no ano letivo que agora se inicia, a Câmara Municipal implementa uma nova medida, de reforço alimentar para as crianças do ensino pré-escolar, alargando a distribuição de peça de fruta a todos os dias da semana. Esta nova medida tem um

custo associado de cerca de 12.000€ e abrange cerca de 815 crianças que frequentarão os Jardins de Infância da rede pública do Concelho.

Na educação pré-escolar regista-se a manutenção de 35 salas de educação pré-escolar, com a frequência de um total de 815 crianças. Na componente de apoio à família, em todos os estabelecimentos de ensino e de acordo com as necessidades apresentadas pelas respetivas famílias, é assegurada a realização de atividades de animação e apoio à família, sendo promovido o alargamento dos horários e garantido o transporte das crianças do Agrupamento de Escolas José Saramago, desde que frequentem o estabelecimento de educação da sua área de residência. Para o presente ano letivo, o município mantém o valor da comparticipação familiar com o valor mínimo de 2,75€ e máximo de 55,00€, estimando que a despesa global, com a educação pré-escolar, aumente para cerca de 694.000€.

Refere ainda que para garantir que o ano letivo 2019/2020 entre em pleno funcionamento, o município no âmbito das suas competências, concretizou a contratação de mais 10 assistentes operacionais para o pré-escolar e programa de alimentação escolar, aumentando para 76 o número de auxiliares de ação educativa, mantendo uma reserva de recrutamento que garanta, sem sobressaltos, necessidades futuras. Para o funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, o valor financeiro a atribuir por aluno aumenta para 10€ num total de 32.150€.

Relativamente às intervenções no Parque Escolar, informa que foi concluída recentemente a ampliação e requalificação da EB António Matos Fortuna; a requalificação e arranjos dos espaços exteriores da EB Brejos do Assa; a substituição de janelas e de estores da EB Palmela nº2 e a substituição de janelas e estores no Jardim de Infância de Vale da Vila. Em fase de execução e projeto, está a ampliação e requalificação da EB de Cabanas; a requalificação da EB Zeca Afonso, com ampliação de refeitório, telheiro e remodelação do espaço de jogo e recreio; a colocação de novo equipamento de jogo e recreio na EB Zeca Afonso e a substituição de pavimentos e equipamentos de jogo e recreio da EB António Santos Jorge, no Pré-escolar e 1º ciclo. As intervenções já realizadas ou em desenvolvimento totalizam, um investimento de cerca de 1.073.000€, considerando apenas o ano económico de 2019.

Realça ainda, a intervenção das Juntas de Freguesia do concelho em praticamente todas as escolas, com a realização de trabalhos de conservação e de limpeza variados. A transferência anual para as Juntas de Freguesia, através dos Acordos de Execução, foi de 363.211€.

Reitera, na abertura deste ano escolar, a necessidade por parte do Ministério da Educação e Ciência de garantir a construção de Pavilhões Desportivos na Escola Secundária de Palmela e na Escola Básica José Saramago, em Poceirão, tendo a Câmara Municipal já apresentado ao Ministério da Educação e Ciência, uma proposta concreta de comparticipação municipal e de gestão para a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, desde que seja também destinado à utilização da comunidade.

Destaca que, para além da intervenção ao nível das atribuições e competências, o investimento da autarquia, no apoio aos projetos de escola, nomeadamente através da implementação do Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos das escolas da rede pública e pré-escolar solidário; a apresentação do Projeto Educativo Local à comunidade; o alargamento, este ano letivo, do projeto "Aprender a Nadar" ao 2º ano do 1º ciclo; a continuidade do Plano Municipal de Combate ao Insucesso Escolar, "Eu Conquisto o Meu Sucesso", resultante de um trabalho de cooperação com os três agrupamentos de escolas e as duas escolas secundárias, em áreas tão distintas como a Arte, que permitiu qualificar o projeto Fantasiarte conhecido de toda a comunidade, o Desporto, a Literatura, o Património e a Parentalidade. Realça também, que este plano permitiu já a criação de uma rádio num dos agrupamentos do concelho, a realização de 30 ações de capacitação para professores e educadores, a constituição de vários recursos pedagógicos, assim como a realização de um conjunto de atividades de intercâmbios e visitas de estudo para alunos, nas diferentes áreas. Por fim, divulga que a Receção à Comunidade Educativa decorre de setembro a novembro e cujo momento de acolhimento e de convívio entre toda a comunidade educativa, irá realizar-se no dia 17 de outubro, na EB Alberto Valente, em Pinhal Novo.

A propósito da abertura do ano letivo 2019/2020, o Sr. Presidente acrescenta que estão prontos para encetar um novo ano letivo, com muita azáfama, muita ansiedade das crianças e jovens e espera que corra tudo bem, pois a autarquia conseguiu acrescentar qualidade e mais sucesso educativo ao território, sobretudo nas matérias que são da sua competência e não só.

• **Pastel Medieval – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca que no próximo dia 13 de setembro, às 17h00, irá ser apresentado o "Pastel Medieval", na Casa Mãe Rota de Vinhos, em Palmela. Refere que a doçaria Palmela irá ganhar uma nova iguaria com sabor medieval, ou seja, trata-se de um doce confeccionado pela empresa "Doces Afetos", cujos alguns dos seus ingredientes, sultanas, noz, abafado, açúcar, banha, ovos e limão, de acordo com o seu autor, o Pasteleiro Domingos Cruz, é resultado de várias experiências e pesquisas sobre a doçaria na época medieval, com algumas adaptações aos ingredientes contemporâneos. Com a chancela "Palmela Conquista", este produto artesanal vem consolidar a marca Palmela, enquanto território de experiências com sabor e legado gastronómico que, nos dias de hoje, é também uma fonte de inspiração e inovação para novas receitas que valorizam o cardápio da gastronomia e doçaria locais. O "Pastel Medieval" poderá ser adquirido e degustado, na próxima Feira Medieval de Palmela, que decorrerá de 27 a 29 de setembro.

• **Atleta do concelho (João Jesus) – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no dia 25 de agosto, realizou-se na Régua, o Campeonato Nacional Individual de Média Distância – Régua Douro Triatlo 2019, que contou com a participação de alguns atletas do concelho, entre eles, João Jesus, residente em Pinhal Novo, que se classificou em 3.º lugar no escalão 25/29 anos e 11.º lugar na classificação geral.

Questões apresentadas pelo Sr. Vereador José Calado

• **Área da Educação – O Sr. Vereador José Calado** dá os parabéns ao Sr. Vereador Adilo Costa pelo trabalho desenvolvido na área da educação no concelho de Palmela, pois é merecido o reconhecimento do trabalho que, ao longo destes anos, tem sido desenvolvido, bem realizado, um trabalho profundo que trás qualidade ao concelho e é uma área que o MIM gostaria de realçar e dar os parabéns.

• **Recolha de lixo e de monos – O Sr. Vereador José Calado** refere que já interveio por diversas vezes, sobre a questão da recolha de lixo e monos e até compreende que tanto o Sr. Presidente como o Sr. Vereador responsável por esta área tenham alguma dificuldade em resolver este problema dos monos e do lixo. Considera que a Amarsul não tem soluções, pois andam nisto já há algum tempo e o problema não está resolvido. Refere que ontem, fez uma visita ao concelho e onde encontrou algumas melhorias, foi na Marateca e em Poceirão, porque há uma intervenção da Sra. Presidente da União de Freguesias que tem ajudado a resolver este problema, mas, no resto das freguesias, a situação está a agravar-se e por isso chama a atenção dos serviços municipais para este flagelo que não beneficia o concelho de Palmela.

• **Marcação das passadeiras e delimitação das faixas de rodagem – O Sr. Vereador José Calado** refere que no início do ano, também interveio sobre a questão da marcação das passadeiras e delimitação das faixas de rodagem, que continuam por executar e a situação não melhorou muito nesse sentido, houve algumas intervenções pontuais, sublinha que a área mais deficitária nesta questão, continua a ser o Pinhal Novo.

Questões apresentadas pela Sra. Vereadora Mara Rebelo

• **Espaço de jogo e recreio do Padre Nabeto – Polidesportivo José Maria dos Santos – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e aborda a questão dos espaços de jogo e recreio, nomeadamente o polidesportivo no Jardim José Maria dos Santos que se encontra em muito más condições apresentando, neste momento um perigo para todos aqueles que ali praticam desporto ao ar livre, é uma situação que não é recente e têm sido vários os

municípios a reportar esta questão, por isso o PS gostaria de ver as reparações deste polidesportivo incluídas num plano urgente, antes que possa ali acontecer algum problema.

• **Segurança rodoviária das crianças e dos jovens: pintura das passadeiras junto às escolas** – A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que em relação à segurança rodoviária das crianças e jovens, que foi aqui referida pelo Sr. Vereador José Calado, o PS considera que é da responsabilidade de todos e por isso compete a todos contribuir para a melhoria das condições de segurança nos locais onde as crianças e jovens habitualmente frequentam e se situam. Por essa razão, consideram que seria uma boa prática deste município, o reforço das pinturas das passadeiras junto às escolas, particularmente agora, uma vez que se inicia o ano letivo e tal ainda não ocorreu.

• **AMARSUL – Novos contentores para a reciclagem (ecopontos)** – A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que uma outra questão está relacionada com a Amarsul e com a questão dos novos contentores que estão a ser colocados no concelho de Palmela. Sem entrar em detalhes, se os mesmos são ou não a melhor solução, questiona como a forma de como foi feita a planta de localização das novas gares destes contentores, porque existem gares, sobretudo na zona do Pinhal Novo que, neste momento, estão a tapar e a dificultar a visibilidade em cruzamentos. Percebe que é um processo gradual, mas talvez seria importante fazer um novo estudo e perceber se todas as gares que foram construídas estão nas melhores localizações.

• **Recolha de monos** – A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que em relação à recolha de monos, questão também levantada pelo Sr. Vereador José Calado, o PS tem recebido diversas questões sobre o atraso na recolha de monos, havendo uma maior incidência em alguns locais, nomeadamente em Vale de Touros, Palhota, Fonte da Vaca e outros mais. Refere que se trata de um problema grave, quer ao nível da saúde pública, quer até a nível da imagem do concelho, mas também têm a perfeita noção que se trata de um problema de maior dimensão e cuja resolução não é fácil para ninguém. No entanto, refere que o PS está disponível para, em conjunto, estudar este problema e procurar encontrar soluções que poderão passar por várias vertentes, possivelmente por uma revisão do contrato que existe atualmente, por um aumento de recolha em locais estratégicos, onde os monos se acumulam com maior incidência. Enfim, existem várias soluções que podem ser encontradas e o PS está disponível para, conjuntamente poder estudar esta questão, porque é uma situação que preocupa a todos e que tem de ser resolvido com a maior urgência possível.

Questões apresentadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro

• **Recolha de lixo e de monos** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** reforça o que foi dito pelo Sr. Vereador José Calado e pela Sra. Vereadora Mara Rebelo em relação à recolha dos monos, porque efetivamente, a questão da recolha de lixo e a recolha dos monos, são 2 questões diferentes, mas é uma situação que se vai agravando de dia para dia e não se vê melhorias, pois é uma questão gravosa em termos de saúde pública, mas também da própria imagem e do bem-estar das pessoas que convivem no dia-a-dia com esta realidade. Refere que é do conhecimento de todos que o desleixo, o lixo, chama lixo e depois, tem um efeito de “bola de neve”. Portanto reforça e corrobora o que foi aqui apresentado pelos Srs./a Vereadores/as sobre esta questão.

• **Centro de Saúde de Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que tem aparecido algumas notícias na comunicação social em relação à Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo, pois tem nota que o edifício está pronto, e presume que se refere ao equipamento em si, ou seja, que já estará equipado e por isso coloca a questão sobre o pessoal, os médicos, enfermeiros e demais pessoal auxiliar. Portanto, questiona se o Sr. Presidente dispõe de informação sobre para quando está prevista a abertura deste equipamento ao serviço da população.

Questões apresentadas pelo Sr. Vereador Raul Cristovão

• **Abertura do ano letivo 2019/2020** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** saúda todos aqueles que iniciam o ano letivo 2019/2020 no concelho de Palmela, os que já frequentam há vários anos e os que se estreiam, aos alunos e suas famílias que escolheram o concelho de Palmela para viver e educar os seus filhos e solicita mais uma vez, ao Sr. Vereador Adilo Costa o acesso ao relatório sobre o ano letivo anterior, que já foi solicitado em reuniões anteriores, porque considera importante ter acesso a esses dados, para poderem fazer uma análise objetiva e correta das situações. Considera que já passou tempo suficiente para poder aceder a essa informação, até porque o PS tem algumas ideias divergentes, nomeadamente em relação ao Projeto Educativo Local que entendem que não existe um. Refere que é uma área muito sensível e como tal, o PS gostaria de fazer uma análise séria e objetiva, pelo que, mais do que a questão das divergências políticas que possa haver, deverão debruçar-se conjuntamente sobre uma melhor educação, melhor sucesso que traduz numa melhor qualidade de vida.

• **Comandante dos Bombeiros falecido num incêndio** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que quando se fala em bombeiros, geralmente fala-se em trabalho voluntário, no trabalho dedicado, solidário, extremamente difícil de todos os homens e mulheres que se

dedicam a esta causa, da proteção de bens e das pessoas em todo o território nacional, até porque as Corporações de Bombeiros do concelho de Palmela servem também outros territórios. Portanto, deixa aqui um voto de pesar à morte de mais um homem, um Capitão da Força Aérea Portuguesa, um Comandante de Bombeiros Voluntários de Cete, em Paredes, que faleceu ao serviço no combate dos incêndios e no combate na defesa da propriedade, dos bens e das pessoas naquela região. Foi mais um jovem, de 35 anos que desapareceu, um pai de família e um cidadão que se entregou à causa, que estava devidamente autorizado para fazer aquele trabalho e, é preciso reforçar esta questão, porque há muita contrainformação nestas questões. Portanto, morreu no exercício de uma função muito digna e por isso deixa aqui um voto de pesar em sua memória.

Às questões colocadas pelos/a Srs./a Vereadores/a, são dadas as seguintes respostas:

. **Centro de Saúde de Pinhal Novo – O Sr. Presidente** refere que, de facto, a Unidade de Saúde Familiar em Pinhal Novo está concluída, ainda existem pequenas questões técnicas, mas a obra está em condições de ser rececionada, contudo ainda não o fizeram formalmente, porque querem articular com a ARS-LVT esse ato, uma vez que a partir dessa data, compete à ARS-LVT fazer todos os contratos de iluminação, águas, comunicações e outras questões para poderem utilizar o edifício. Também, tendo em conta o período pré-eleitoral em que se encontram, não é permitido fazer inaugurações. Por outro lado, o que têm feito saber, é que a extensão desta nova unidade não vai desativar a extensão de Zeca Afonso, aliás, esse é o compromisso assumido com a autarquia e esta nova unidade deverá entrar em funcionamento com toda a equipa, que segundo a ARS-LVT está a ser constituída com médicos que, neste momento, estão na outra extensão e com outros reforços. Portanto, a posição da autarquia é conhecida, ou seja, está disponível para inaugurar, mesmo que seja em período eleitoral, mas é preciso que tenha todo o pessoal colocado para funcionar, portanto, não é possível avançar com uma data.

. **Balanço do ano letivo 2018/2019 – O Sr. Presidente** refere que em relação ao acesso aos dados relativos ao ano letivo 2018/2019, de facto, já tinham sido solicitados e acrescenta que os mesmos foram discutidos no Conselho Municipal de Educação, pelo que o Gabinete de Apoio à Presidência vai fazer chegar esses dados ao Gabinete da Vereação do PS. Recorda que outros dados, como o sucesso e outras matérias, o representante do ministério, tem primado pela ausência, facto que causa alguma preocupação e reporta aquilo que é referido na legislação do Conselho Municipal de Educação, ou seja, deve haver um 1º ponto com a apresentação do representante do ministério, que é quem tem essa competência e voltou a

estar ausente. Ainda assim, informa que o município já solicitou aos estabelecimentos outros dados de natureza de sucesso educativo e outras questões.

. **Recolha de lixo e de monos** – O **Sr. Presidente** refere que sobre a questão dos resíduos, de facto, é um assunto complexo e é analisado diariamente, por vezes mais do que uma vez por dia, até porque a autarquia recebe reportes diários dos encarregados municipais e dos encarregados fiscais do outsourcing e, acrescenta que sem prejuízo de outros dados que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho possui, entre os meses de janeiro e junho, o número de reclamações reduziu mais de 50%, depois de terem colocado um serviço específico e um serviço em outsourcing para a recolha no interior do Pinhal Novo e de terem feito outros concursos para outras zonas do concelho, quer na recolha do lixo, quer na recolha de verdes e monos, os problemas estavam a melhorar. Contudo, nos meses de julho e agosto, por causa de um conjunto de fatores, que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho irá falar, a situação piorou. Refere que algumas medidas que a Sra. Vereadora Mara Rebelo apontou, já o município está a fazer, aplicando multas, ameaçando com a rescisão do contrato e está a preparar um novo outsourcing para os próximos anos, com reforço de circuitos, mas é necessário ter atenção na redação dos cadernos de encargos, porque têm de ter uma forma de blindagem e de reposição dos níveis de serviço quando há falhas.

. **Espaço de jogo e recreio do Padre Nabeto – Polidesportivo José Maria dos Santos** – O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha irá dar os devidos esclarecimentos sobre esta questão e acrescenta que, recentemente, o município concluiu uma excelente intervenção, com um pavimento inovador que está a ser experimentado num outro polidesportivo, também na freguesia de Pinhal Novo. Portanto, o Polidesportivo José Maria dos Santos, também está no plano da autarquia, mas tem sido difícil fazer ali uma intervenção, porque é usado durante todo o ano também para iniciativas culturais e outras que não apenas o uso desportivo. De facto, está muito degradado em algumas zonas e coloca em perigo os utilizadores do mesmo.

. **Marcação das passadeiras e delimitação das faixas de rodagem / Segurança rodoviária das crianças e dos jovens: pintura das passadeiras junto às escolas** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que em relação à intervenção do Sr. Vereador José Calado e da Sra. Vereadora Mara Rebelo sobre esta matéria, dá nota que o concurso de sinalização horizontal que foi efetuado pelo município sofreu atrasos, porque foi objeto de uma impugnação de uma empresa concorrente, porém, juridicamente, esse assunto já está resolvido, mas infelizmente resultou num atraso na execução desse trabalho. Naturalmente que

a prioridade do município foi para as escolas e acredita que, em breve, esse trabalho de sinalização horizontal das passadeiras junto dos recintos escolares ficará concluído.

. **Balanço do ano letivo 2018/2019** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** em resposta ao Sr. Vereador Raul Cristovão, o município nas competências que tem na área da educação, faz uma avaliação do trabalho realizado do ano letivo que está a acabar e não avança para valores, números e cálculos de custos, sem fazer uma ponderação de como resultou a ação social escolar, os transportes, a alimentação escolar e, portanto, sobre cada item destes, tem um relatório do ano letivo que cessou e que depois permite construir e/ou modificar aquilo que tem de ser modificado. Sobre a questão da taxa de sucesso, esclarece que a taxa de sucesso do Plano Municipal de Combate ao Insucesso Escolar – “Eu Conquisto o Meu Sucesso”, não é feita apenas por uma equipa interna da autarquia ou das escolas, é feita por uma equipa independente e, realça que já existem dados das escolas do ministério que permitem fazer uma prévia avaliação sobre o que aconteceu durante o ano letivo transato, mas terá de ser essa equipa independente a entregar esses dados. Portanto, sobre os dados sectoriais de cada ação, o município tem condições para apresentar, até porque não avança para o novo ano letivo sem ter um resultado do ano anterior, mas reitera que é necessário um pouco mais de paciência, porque esses dados não são da autarquia, mas sim de uma entidade independente que fiscaliza e que depois remete para a candidatura esses mesmos resultados.

. **AMARSUL – Novos contentores para a reciclagem (ecopontos)** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que em relação à questão da Amarsul apontada pela Sra. Vereadora Mara Rebelo, de facto, não há uma planta de gares para estes contentores, mas sim, uma planta de localização dos ecopontos, porque essas gares existem, porque existem ecopontos, portanto, essa planta existe e, ao contrário do que aconteceu noutros concelhos em que a Amarsul apenas comunicou que iria efetuar, a partir de tal data, a colocação dos novos contentores de 1100 litros, assim que também comunicou à autarquia de Palmela, foi deliberadamente atrasada a sua colocação, porque a autarquia entendeu que o espaço público é de todos e, como tal, a colocação massiva daqueles ecopontos iria criar constrangimentos ao nível da mobilidade, da visibilidade e também da segurança. Portanto, existe um atraso na colocação das gares e até dos ecopontos e esclarece que este tipo de situações apresentam desafios e constrangimentos e, por isso é sempre bem-vindo o alerta do munícipe e também do eleito, seja de que partido for, sobre situações que, eventualmente estejam menos bem concebidas no terreno, pelo que apela à Sra. Vereadora Mara Rebelo, caso tenha conhecimento de situação que seja problemática, faça chegar essa informação à autarquia para que a mesma seja colocada em reunião com a Amarsul, porque esse trabalho de monitorização tem sido feito

entre os trabalhadores da autarquia e a empresa que está a colocar, em nome da Amarsul, esses ecopontos.

Aproveita para fazer uma sensibilização a todos e a todas para esta problemática, devendo ter-se presente que tem sido reivindicado pelos munícipes e pelo executivo camarário, para que a Amarsul, face aos poucos níveis de cobertura e qualidade do serviço público prestado nesta matéria, colocasse mais ecopontos e indo ao encontro daqueles que está vinculada, quer pela lei, quer pelo contrato de concessão. Portanto, a Amarsul encontrou, como solução, a resposta através de contentores de 1100 litros, na sua perspetiva, bem ou mal, criando aquilo que à partida ia ao encontro das reivindicações, nomeadamente uma prestação de serviço de maior proximidade, ou seja, tentar que o munícipe, cidadão e cidadã, tenha a vida mais facilitada, pois ao ir despejar o seu lixo indiferenciado, tenha um ecoponto ao seu lado, permitindo que todos tenham uma maior cobertura de serviço e maior facilidade na reciclagem.

Relativamente à solução apresentada pela Amarsul, já depois da aquisição e encomenda dos ecopontos, todos notaram que o problema residia na questão da abertura e essa foi, precisamente, a primeira crítica que o município fez na primeira reunião que teve com a Amarsul sobre esta solução que, entretanto, já estava adquirida. A justificação da Amarsul, seja ela compreendida ou não, é o facto de haver cidadãos que se arrogam de muitos direitos e de poucos deveres, e em matéria de reciclagem todos têm o direito de ter ecoponto, mas depois, já não têm o dever de reciclar e depositar devidamente, (não colocar no contentor/ecoponto adequado ao seu destino). Assim, a Amarsul entendeu por bem, fazer uma abertura pequena para que a pessoa não seja "preguiçosa", salvo melhor expressão, isto é, para que o lixo indiferenciado e doméstico não seja colocado junto ou dentro do ecoponto, situação que infelizmente, acontece com muita frequência. Depois de apresentada esta justificação, o município compreendeu, mas, de facto, não está a resultar. Na segunda crítica e pressão do município de Palmela à Amarsul, foi referir que, tal qual como legitimamente, a população está a reclamar, o município também reclama que a abertura não é adequada e pediu urgentemente a sua substituição. Refere que este investimento da Amarsul foi feito através de uma candidatura a fundos comunitários e, em resposta, referiram que se encontravam a estudar uma melhor solução, uma solução mais adequada. Refere ainda que aqueles munícipes que se têm agarrado a esta questão da abertura destes ecopontos e que a comunicação social que tem dado voz, com toda a propriedade a essas reclamações, devem ter consciência da causa deste flagelo, mas é preciso também que a comunicação social dê voz àquilo que deve ser o enfoque da notícia, ou seja, a causa deste problema, porque todos tem obrigações como cidadãos, com direitos e deveres, tal como uma moeda tem sempre duas faces, os cidadãos têm o direito a uma prestação de serviço relativamente aos indiferenciados, como também têm para os recicláveis, mas também têm o dever de cumprir a legislação que é depositar no sítio certo, no local certo e na hora ou dia destinado para o efeito e, não é pelo facto do ecoponto ter uma abertura pequena que dá o direito, enquanto cidadão ou cidadã, colocar o lixo, seja ele

indiferenciado ou reciclável ao lado dos ecopontos, porque isso não se faz. Aliás, isso é violar a lei, o respeito pelo espaço público e aquilo que é o direito de ter uma imagem urbana digna e cujos trabalhadores da autarquia, tal como os trabalhadores da Amarsul pugnam diariamente, recolhendo aquilo que é colocado indevidamente naqueles locais. Portanto, apela para que o enfoque da comunicação social, não deixando de dar voz aos cidadãos, como é o seu papel, tem desempenhado também o seu papel e missão, não menos importante, de informar, de formar e alertar consciências para a causa do problema.

Em relação à questão de haver ou não investimento público nesta matéria, sabe-se agora que a Amarsul fez um investimento para o efeito, em relação aos lixos também, o enfoque tem de ser dado à causa e não no fim da linha, porque é de facto, uma realidade que há lixo espalhado no chão um pouco por todo o lado e é visível por todos, mas onde está a notícia sobre a raiz do problema? Quem é que diz aos cidadãos e cidadãs que estão incorretos? Quem é que diz cidadãos e cidadãs que muitos dos que aqui estão presentes e outros, colocam o lixo devidamente e que não tem de ser o dinheiro destes (que cumprem as regras) a ser despejado para o lixo, porque alguém, indevidamente, não cumpre o seu dever. Portanto isto também deve ser notícia, tantas e quantas, vezes forem necessárias, porque há investimento público nas campanhas de sensibilização, mas também há o dever da comunicação social colocar “o dedo na ferida”, entenda-se a essa falta de civismo e cidadania. Portanto, espera que esteja tudo esclarecido em relação à Amarsul, há justificação dada quanto à abertura dos ecopontos, há justificação e compromisso da Amarsul na substituição das tampas destes ecopontos e solicita ajuda à Sra. Vereadora Mara Rebelo que faça chegar as reclamações referidas pela mesma, pois o município irá contactar a Amarsul, no sentido de analisar caso a caso, porque são processos que encerram um bom princípio, mas, obviamente também têm constrangimentos e desafios, dos quais é necessário estar preparados para eles.

. **Recolha de lixo e de monos** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que em relação aos resíduos, tal como o Sr. Presidente referiu, as propostas que a Sra. Vereadora Mara Rebelo apresentou e que não estão concretizadas, mas que diz estar disponíveis para colaborar na solução, agradece e informa que sobre algumas delas, o município já está a estudar e acrescenta que foi solicitado aos serviços municipais que fizessem um retrato fiel daquilo que são os locais onde a deposição indevida é mais premente corrigir, para poder fazer-se um reforço de contentorização ou de outro tipo de contentorização e eventuais aumentos dos circuitos ou inclusivamente, de plano B que é nos casos em que parece possível corrigir. Mais uma vez fala na questão da pedagogia, porque no país e se calhar também noutros países, existe falta de consciência individual e coletiva nesta matéria e repete, existem cidadãos que são cumpridores dos seus deveres e até está aqui presente, uma munícipe que por diversas vezes veio ao microfone dar o seu testemunho, daquilo que tem visto na falta de cidadania e de como é importante que o dinheiro público não seja despendido desnecessariamente, porque é

preciso colocar o enfoque e há que fazer o retrato fiel das queixas que os munícipes, a comunicação social e que os senhores vereadores têm feito chegar. Obviamente, que o executivo municipal, como responsável pela gestão do dia-a-dia, tem a obrigação de conhecer e, por isso as reuniões semanais e o reporte diário. Além disso, o executivo municipal também tem consciência do problema e tem vindo a adotar medidas que vão ao encontro das necessidades de alterar este "*modus operandi*" dos cidadãos, ou seja tem sido despendido mais dinheiro em fiscalização, dinheiro público que podia ser canalizado para outras matérias mais essenciais, mas que lamentavelmente, está a ser aplicado na fiscalização para atuação coerciva; tem sido feito investimento municipal, aumentando e alterando o número de circuitos, aumentando o número de contentores, adquirindo novas viaturas, reforçando a equipa com mais contratualizações e mais campanhas de sensibilização. Portanto, questiona o que mais faz falta a autarquia fazer e o que mais deve ser noticiado e denunciado? Por isso, uma vez mais, apela para que todos juntos possam colocar este assunto, que é da responsabilidade de todos, individualmente e coletivamente, no seu devido plano, ter cidadãos que sejam ativos (como exemplo, a munícipe que aqui está presente), que ativamente não tenham receio de denunciar, ou de alertar o vizinho ou amigo que esteja a agir incorretamente e, considera que é necessário dizer que este comportamento indevido tem de ser alterado, sem prejuízo e sem retirar as responsabilidades e as competências da autarquia. Refere que também é um trabalho inglório e aproveita para dar voz aos trabalhadores da área dos resíduos, porque cada vez que aparece no jornal que a autarquia não cuida dos seus munícipes e que esquece esta questão dos resíduos, é como estar a dizer que os trabalhadores municipais não estão a desempenhar um bom trabalho na área dos resíduos. Aliás, em relação aos trabalhadores municipais que trabalham na área dos resíduos, faz aqui uma comunicação e um elogio público, que muitas vezes vão para a rua sozinhos, um só cantoneiro faz a volta completa sozinho e que durante o turno da manhã, uns fazem o seu trabalho e depois no turno da tarde, o lixo já lá está novamente no local indevido. Portanto, não há dinheiro público que resista e a solução não é só investir mais, a solução é sensibilizar mais e, para sensibilizar mais o trabalho, não pode partir somente da autarquia, tem de partir da ação de cada um, individualmente e a força que a comunicação social tem, poderá ser realmente um aliado, se assim quiser ser. Refere ainda que já ouviu nestas reuniões, vereadores da oposição dizer, sem prejuízo de cumprir o seu papel, de denunciar com falhas aqui ou ali, que reconhece e reconheceu até à data que a área dos resíduos e dos monos, era das que estava a correr melhor e esse elogio deve constar, certamente, em ata. E tal como o Sr. Presidente referiu e bem, regista-se um agravar da situação, todos os anos nos períodos de verão e, relativamente aos RSU, até agosto de 2019, a autarquia já recolheu mais resíduos que durante todo o ano de 2018, por isso reitera que a autarquia está a cumprir a sua missão e quem está em falta, é o prevaricador e, como tal é realmente necessário agir solidariamente. Relativamente aos verdes, até agosto de 2019, a autarquia já duplicou a recolha que decorreu durante o ano de 2018, portanto, não se pode

dizer que a autarquia não está a cumprir as suas competências, e que a culpa é da autarquia, porque todos têm nas mãos um trabalho para fazer, para alterar este tipo de comportamento.

Na sequência do tema da reciclagem e da recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Vereador Pedro Taleço para acrescentar qual tem sido o trabalho do serviço de fiscalização.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que na sequência da intervenção da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho com a qual o PS concorda, definitivamente esta problemática está ligada à questão comportamental.

O **Sr. Presidente** refere que o município tem plena consciência que também há falhas no serviço que é prestado e tem havido, desde trabalhadores que adoecem e que têm acidentes de trabalho. Portanto, também a empresa de outsourcing tem tido falhas, com a autarquia aplicar multas e até face a uma questão contratual que permite às empresas a renegociação dos valores porque, de facto, estão a recolher muito mais do que estava previsto, mas ainda não houve renegociação, enquanto o serviço não estiver regularizado. Refere que irá ser revisto, no futuro, no caderno de encargos, porque tem de haver mais obrigações e a autarquia está disponível para fazer melhor e investir mais. De facto, estão a assistir a um fenómeno que já não é sazonal, mas, se calhar até que o desenvolvimento alguma atividade económica começa a aparecer mais e, os restos de obras já não são apenas os entulhos. É uma realidade que se assiste um pouco por todo o lado e Palmela tem o território mais extenso da Área Metropolitana de Lisboa e tem vias por todo o lado, qualquer estrada, qualquer canto e qualquer contentor, está lá para servir uma ou duas famílias que vivem em determinada zona, acaba por servir para deposição de resíduos de pessoas que nem sequer têm contrato de água, ou seja, nem sequer pagam taxa de resíduos e também de empresas que vêm de fora do concelho. Refere que tem sido feito um esforço, inclusivamente a campanha que foi feita com a colocação daqueles painéis "Abandonar lixo, é crime!" que surtiu efeito no local, mas em outros locais, entretanto começaram a emergir como muito problemáticos. Refere que interrompeu o Sr. Vereador Pedro Taleço, porque quer que se saiba que este assunto para o município tem merecido uma reflexão diária, porque todos os dias têm sido confrontados com questões que envergonham e pretende que quem visite o concelho, quem vive no concelho se sintam bem e tem de haver uma consciencialização coletiva e individual também, que tem de avançar.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que, obviamente, concorda em absoluto, com o que o Sr. Presidente acrescentou e reitera que esta questão tem uma vertente comportamental e, as ações que pedem, que reivindicam, muitas das quais através da comunicação social, na área de correção, ou seja, na recolha do que não foi colocado nos sítios certos ou na área da punição, isto é, na área da fiscalização que é apanhar o prevaricador, mas refere que é necessário que se tenha a consciência que isto acontece em qualquer lado, em qualquer contentor. A

fiscalização municipal tem em média, nesta altura, 4 fiscais, tem-se tentado reforçar o pessoal, mas não, nem de perto, nem de longe tem condições para ter uma escala de pessoal que permita o flagrante delito. Aliás, também não se pode filmar contentores de lixo, não se pode colocar um serviço de vigilância numa zona e, portanto, existem mecanismos legais que existindo, dificultam alguma rentabilização e provocam alguma frustração.

Ainda sobre a questão comportamental, abordam o princípio e o fim da questão e pelo meio não há formulas certas, daí a dificuldade, porque que é a solução de um pode não ser a solução apresentada por outro e assim continua, em termos daquilo que a individualidade e a dificuldade em conjugar a realidade coletiva com a realidade individual. Contudo, a situação tem melhorado, porque verifica-se que atualmente, há mais gente com comportamentos corretos do que havia em anos anteriores, portanto, este é um pensamento que não podem abandonar porque, independentemente dos factos, porque de outra forma não têm aqui nenhuma validação da intervenção e da metodologia que têm estado a seguir e ficariam um pouco em desequilíbrio. Concorda que as campanhas de sensibilização têm ajudado em termos genéricos, mas em relação ao monos, por exemplo os sofás, se calhar, será necessário intervir mais perto das pessoas que vivem em prédios, em termos de sensibilização, porque vulgarmente têm um sofá velho que não cabe no carro, o centro de reciclagem de Pinhal Novo fica longe, a empresa que vendeu o sofá novo só recolhem o velho se as pessoas tiverem disponibilidade de pagar esse serviço e, tendencialmente as pessoas não tendo uma resposta célere para este problema, acabam por colocar junto ao contentor, para ter espaço para o sofá novo que está a chegar. Este tipo de situações já foi resolvido para os eletrodomésticos e considera que deveria haver também para estes monos (sofás e móveis), fator que se calhar, resulta de algum atraso civilizacional para estas questões. Refere ainda que nos meses de verão, julho e agosto, as pessoas estão de férias e a capacidade de resposta também é menor, porque no contentor onde foi colocado o resíduo exterior, passado um dia ou dois de ter sido limpo, com vento a rua fica completamente suja, como se não tivesse sido limpa. Depois, entram reclamações também noutra área da autarquia, que obriga a mais recursos e mais investimento de forma indireta. Em relação às papeleiras, a pessoas questionam porque é que foram colocadas sem uma abertura ampla e apenas com uma ranhura, mas essa estratégia foi para evitar que depositassem lixo que não é adequado para uma papeleira e por essa razão, o município tem em plano, para este ano, investir em conjuntos de papeleiras para os 4 tipo de resíduos, para colocar em jardins e zonas mais centrais. Refere que também terá de ser este o caminho, porque as pessoas colocam os sacos de lixo doméstico, com toda a naturalidade, dentro das papeleiras e mesmo depois de mudarem as papeleiras nesses sítios, com a mesma naturalidade, algumas pessoas colocam dois a três sacos de lixo no chão, junto à papeleira. Neste caso, moram cerca de 100 pessoas, cerca de 50 falaram nisso e depois ninguém se recordava que foi o ou a prevaricador/a. Enfim, este tipo de situações acontecem com muita frequência e as liberdades são bonitas, são defensáveis, todos a desejam, mas em relação ao

usufruto do espaço público, terá de haver limites. De facto, todas estas questões estão ligadas entre si e relacionadas e, depois com grande facilidade, pega-se no telemóvel, manda-se um email para o Gabinete da Presidência, para a secretária da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho e depois criticam o vereador que tem o pelouro da limpeza urbana, porque determinada rua está suja. Considera que este não é o tipo de participação que a autarquia defende.

Em relação à fiscalização e aos monos, existe uma ação conjunta entre a recolha e a fiscalização, ou seja, os fiscais acompanham os serviços de recolha para vasculhar o lixo, fazer um pouco de investigação, por norma não apanham muitos indícios, mas há sempre quem se esqueça de alguma coisa nestes contentores e, obviamente que não conseguem ver tudo, porque não existem meios, nem pessoal para fazer isso. Portanto, esse serviço irá iniciar na freguesia de Pinhal Novo, com um serviço de vigilância complementar, ou seja, com empresas de vigilância em zonas mais problemáticas e que depois irão recolher indícios ou até mesmo flagrantes delitos. Refere que não é fácil chegar a esta solução, mas é o final da linha e até ao final do ano, o investimento global nestas ações rondam os 20.000€, numa previsão em termos dos últimos valores, porque não tem ainda a certeza do que é que vão conseguir executar, mas, de facto, não há muitas mais ações a realizar em relação este incumprimento da lei. Reforça também, a questão da exigência de uns, em relação aos outros, são notícias que voam nas redes sociais, nos jornais, na comunicação social e estatisticamente não é possível que nunca ninguém tenha visto o prevaricador ou infrator.

O **Sr. Presidente** refere que na passada segunda-feira foi possível ver um prevaricador e conseguiram autuar alguém, que depois de uma recolha de monos, numa rua na freguesia de Pinhal Novo, um casal fez um despejo de material de um estabelecimento que estava em remodelação e colocou tudo ao lado do contentor e, houve alguém que teve a coragem de contactar e denunciar para a fiscalização poder atuar.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que para além das consequências para quem prevarica não ser de uma gravidade exagerada, até porque trata-se de uma deposição ilegal, haverá, naturalmente, lugar a uma coima para aprender e não repetir, mas tenta-se sempre ter uma postura de sensibilização. Este tipo de situações também acontecem nas empresas e o que a fiscalização faz é, verificar o nome que está nas caixas e vai até à respetiva empresa e faz apenas um aviso, ou seja, é uma 1ª abordagem sem consequência nenhuma, mas já sem falar dos despejos ilegais de obras, que muitas vezes o cliente paga a taxa para os resíduos e os empreiteiros acabam por despejar ilegalmente em qualquer parte do concelho.

O **Sr. Presidente** refere que este problema é um fenómeno complexo e importa extrair desta discussão, o facto de estarem todos sintonizados e preocupados, querem o concelho limpo e que os cidadãos também participem neste esforço. Refere que o aumento do orçamento do ano passado para este ano, nesta matéria, já está esgotado e irão ter na próxima revisão mais um reforço, o que significa que não tem sido falta de investimento, até porque os valores

recolhidos comprovam que estão a recolher muito mais. Provavelmente haverá menos despejos nos pinhais e terrenos privados e, haverá mais ao lado dos contentores. Depois, na questão do poluidor/pagador, ou seja, o poluidor nem sempre paga, que é quem tem de transportar e entregar os seus resíduos, porque aumentam exponencialmente ou são acima da cubicagem permitida por lei, para ser colocada ao lado do contentor nos respetivos dias e também, há as outras questões nas falhas dos serviços ou das empresas de outsourcing, situação que estão a procurar "apertar" no caderno de encargos. Está a ser utilizado o dinheiro dos munícipes para um serviço que não está a ser eficiente e, portanto, estão todos empenhados em melhorar esta resposta e tomar outras medidas, que vão desde a sensibilização à fiscalização e uma sensibilização que tem de ser feita quase porta-a-porta, em alguns bairros e em algumas empresas. É do conhecimento de todos que o concelho tem umas quintas bonitas, lindíssimas, onde toda a gente faz eventos, sejam os eventos de casamentos, batizados, festas e pergunta para onde vai o lixo desses eventos, quantas centenas de pessoas estiveram nesse evento, quem é que paga o lixo desses eventos, porque quando percorrem algumas zonas do concelho, infelizmente, encontram esses resíduos e estão todos a pagar mais um circuito, mais uma recolha para que alguém prevarica e faz negócio. Portanto, se calhar é necessário visitar alguns espaços e informar que têm de ter um contrato de recolha com a Suma, porque as empresas a sério, têm de ter um contrato de recolha com o município e com a Suma. Essas empresas não são o cidadão individualmente, uma família produz 3 quilos de lixo por dia, essas empresas produzem centenas e é o erário público que está a pagar. Esta questão também tem outra dimensão que está a ser tratada com os operadores e com a Amarsul, para no próximo ano, começar a experimentar a recolha porta-a-porta em alguns bairros, mas esta recolha só é possível fazer nas zonas de moradias unifamiliares, porque os prédios não estão preparados para terem uma zona técnica onde as pessoas possam guardar os resíduos para os dias destinados à sua recolha. É um processo, que mesmo na Europa, quando se diz que na Europa é que é bom; atenção, porque a Europa não é toda igual e nem em todos os países funciona de maneira igual, aliás o Norte de França tem este sistema e o sul de França é parecido com o Português, tal como em Espanha, na Galiza e na Corunha, um sistema desse género, onde praticamente não se vê lixo na rua, mas no Sul de Espanha, tem os mesmos problemas que aqui existem. Portanto, é complicado e, certamente que vão voltar a falar neste assunto, já com os números de investimento e medidas que vão tomar e também para poderem ter uma noção real do que estão a fazer, ou seja, se estão a fazer tudo aquilo que é possível e o esforço que estão a fazer para melhorar esta resposta.

. Espaço de jogo e recreio – Polidesportivo José Maria dos Santos – – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha em relação à questão suscitada pela Sra. Vereadora Mara Rebelo relativamente ao polidesportivo José Maria dos Santos, informa que a autarquia tem vindo a intervir de uma forma faseada no sentido de melhorar e qualificar, quer os espaços de jogo e

recreio, quer os polidesportivos, bem como criando novos espaços e disso é exemplo o espaço de jogo e recreio de Padre Nabeto, a intervenção no polidesportivo 1º de Maio que qualificou bastante aquele espaço e relativamente ao polidesportivo José Maria dos Santos, está referenciado para uma intervenção, que não se afigura fácil, por causa das raízes das árvores que circundam todo aquele equipamento e, portanto, para além da necessidade da reparação do pavimento, terá de ter um outro tipo de intervenção que tem de ser feita e está previsto acontecer no início do próximo ano.

Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha

• **Sunset da maçã riscadinha** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha começa por fazer uma referência específica sobre umas declarações que foram produzidas pela Sra. Vereadora Palmira Hortense do MIM, que está presente mas não na qualidade de vereadora e não pode deixar de fazer um reparo, até porque são declarações que vinculam o MIM e está aqui presente hoje em funções o Sr. Vereador José Calado. Refere ainda, que considera importante fazer este esclarecimento, porque as declarações que leu não correspondem, de todo, à verdade. São declarações inteiramente lamentáveis do ponto de vista político e revelam um desconhecimento absoluto por parte de quem as fez. Estas declarações dizem respeito ao evento Sunset da Maçã Riscadinha que ocorreu recentemente, no Castelo de Palmela, num evento que foi promovido pela produtora Paula Castro em parceria com a Câmara Municipal de Palmela. A Sra. Vereadora Palmira Hortense do MIM, talvez muito entusiasmada com a forte adesão do público e com o sucesso da iniciativa, declarou a um jornal e passa a citar: “apesar deste evento, não partir da maioria CDU, a empresária está de parabéns”, tendo também referido que a Câmara Municipal se esqueceu de divulgar a iniciativa. Refere então que, concorda inteiramente com a Sra. Vereadora Palmira Hortense quando refere o sucesso desta iniciativa, que foi, de facto, um sucesso este certame da responsabilidade da produtora Paula Castro, que contou com o apoio, a parceria da Câmara Municipal de Palmela e com a presença de vários outros produtores, como foram também um sucesso as jornadas técnicas do Seminário sobre a temática “Maçã Riscadinha” no decurso da Feira Comercial e Agrícola na qual esta empresaria, como outros empresários e produtores estiveram também presentes e debateram o futuro da produção da maçã riscadinha, tão importante para o concelho de Palmela. Sublinha também, a presença de vários produtores de maçã riscadinha neste evento Sunset da Maçã Riscadinha e é sintomático que há, de facto, empresários que continuam a acreditar que este produto tem valor e merece ser promovido e que tem sido alvo da atenção do município e por isso, enaltece todos os que continuam a apostar na produção da maçã riscadinha.

Contrariamente ao que foi referido pela Sra. Vereadora Palmira Hortense, houve um forte envolvimento do município nesta iniciativa, com apoio técnico, apoio logístico, apoio na divulgação, apoio na captação de mecenas para se associarem a esta iniciativa, aliás, na última

reunião de Câmara, tiveram a oportunidade de apresentar uma proposta sobre esta matéria, com mecenas a apoiar o concerto musical que se realizou no decurso desta iniciativa. Enfatiza todo o apoio que o município deu a esta iniciativa, que para além do apoio técnico que referiu, antes, no decurso e depois do evento, desde a divulgação nas redes sociais, em notas de imprensa que foram feitas para a comunicação social, a iniciativa foi também publicitada na agenda regional "Acontece" da Associação de Municípios da Região de Setúbal, foram distribuídos aos trabalhadores municipais cartazes e Flyers, foram posteriormente fornecidos baldões de lixo, recolhido o lixo e feita a limpeza do espaço onde decorreu a iniciativa, também foi colocado pelos trabalhadores do município um estrado para a atuação musical, colocado um ponto de luz para apoio na iluminação da iniciativa, foram colocadas 11 mesas para expositores, alcatifas, transporte arcas frigoríficas, enfim, houve, de facto, um forte envolvimento da autarquia, contrariamente ao que foi declarado pela eleita do MIM e, portanto, perante este quadro, hoje em dia, parece valer tudo, para aparecer na fotografia, para a denegrir o trabalho da Câmara Municipal e dos seus trabalhadores, para lançar poeira nos olhos dos munícipes e confundi-los em relação aquilo que é o trabalho meritório do município e dos seus agentes, porque estas iniciativas são realizadas em parceria e reafirma, não vale a pena insistir neste caminho populista, quase que antidemocrático, porque os cidadãos já perceberam muito bem, quem trabalha com rigor, quem trabalha com exigência e quem trabalha com determinação e também percebem muito bem, quais são as reais intenções de quem se limita a criticar.

A propósito deste assunto, o **Sr. Vereador José Calado** no uso da palavra que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente, refere que sobre a intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, naturalmente que, sobretudo na última fase da sua intervenção, refere qualquer coisa, um qualquer problema que não percebe, até porque nunca trouxe para aqui antidemocracia. Portanto, a palavra que utilizou agora vale tudo, mas não é assim, não vale tudo e o MIM não utiliza esse método no MIM e o Sr. Vereador Luís Miguel Calha sabe perfeitamente disso. O que a Sra. Vereadora Palmeira Hortense, provavelmente, derivada a sensibilidade, dos empresários e por ter ouvido, se calhar, algum descontentamento e refletir esse descontentamento nas declarações que fez, mas depois, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha avança com outro tipo de declarações que não tem bases para o que está a dizer, e questiona qual foi o comportamento que assistiu antidemocrático por parte do MIM e se assistiu, diga qual foi, porque isso não aconteceu e está enganado, o MIM não utiliza esses métodos e reafirma que aquilo que se passa lá fora e os comentários que passam lá fora, se os trouxesse para aqui, seria muito complicado para o Sr. Vereador Luís Miguel Calha ouvir e nunca trouxe nada do que se passa lá fora, aqui para dentro, portanto aqui discute-se a matéria de facto e resolvem-se os problemas dos munícipes e não serve para nada trazer pequenos comentários e servir-se desta base para vir aqui atacar a Sra. Vereadora Palmira Hortense e até deveria ter esperado por uma altura em que ela estivesse presente ou não, mas esta não era a altura para o fazer e acrescenta se

trouzer os comentários que se ouvem lá fora sobre o MIM e aquilo que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha e outros dizem e têm feito ao longo dos tempos, os boatos que lança e a maneira como falam, estava se calhar mais calado e não tinha esse tipo de comportamento e não admite esse tipo de comportamento por parte do Sr. Vereador Luís Miguel Calha em relação ao MIM e que fale dessa forma porque o MIM nunca utilizou essa maneira de estar, a antidemocracia não funciona no MIM.

O **Sr. Presidente** considera que não vale a pena aprofundar a discussão sobre esta matéria e, daquilo que depreendeu, houve uma referência da parte da Sra. Vereadora Palmira Hortense, à época em exercício de uma força política, que considera que foi deselegante, até porque as iniciativas da Câmara, são da Câmara e a Câmara Municipal é de todos, mesmo com muitas iniciativas e muitas obras que não tenham sido votadas pelo MIM, porque não votaram favoravelmente o Plano de Investimentos da Câmara e o Plano de Atividades. Mas quando a obra ou atividade está feita, a Câmara Municipal é o conjunto de todos, para o melhor e para o pior. De facto, foi uma referência que achou também um pouco despropositada, a senhora disse que como não era uma iniciativa da CDU a autarquia não se empenhou, ou seja, isso tem um propósito porque a iniciativa sendo da empresária, teve mais gente envolvida e foi em parceria com a Câmara Municipal e aquilo que interessa ao município é a maçã riscadinha e esse trabalho em redor da maçã riscadinha é desenvolvido, a sua promoção, dignificação, com incentivo à sua produção, qualificação e certificação, é desenvolvido há 20 anos pela Câmara Municipal e não tinha de ser a Câmara Municipal a fazer isto, porque têm de ser os promotores e os empresários a fazê-lo e a autarquia acompanha esse trabalho, com apoio nas jornadas técnicas, nas ações de promoção e divulgação deste produto e inclusivamente, não entende ter de tomar conta de todos os eventos, porque de outra forma tinham promovido esse evento na sua totalidade, esta é a forma de o município trabalhar: fazer em parceria. O município tem uma responsabilidade pública, mas é para fazer com os seus agentes económicos, portanto, sobre esta polémica que talvez o Sr. Vereador Luís Miguel Calha tenha sentido de uma forma mais intensa que os restantes, refere o município está fortemente empenhado em todos os projetos.

Neste momento, registam-se várias intervenções em simultâneo, não sendo possível transcrever em ata, por não ser perceptível.

O **Sr. Presidente** refere que o que interessa em reunião de Câmara é a discussão das questões públicas e entende como uma questão de interesse público, a promoção de um produto que ajuda também, o reconhecimento do território, que é fruto do trabalho dos produtores locais e que o município tem feito um trabalho exemplar, mas não pode fazer o trabalho que compete aos produtores fazer.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 7.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.

PROPOSTA N.º DADO 01_18-19:

«A 7.ª alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 tem como finalidade proceder ao reforço de diversas ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Beneficiações Diversas (parque escolar) com dotação insuficiente, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimento concursal urgente;
2. Reforço da dotação da ação Captação e Estações de Tratamento – Aquisição, Conservação e Manutenção de Equipamento Eletromecânico com dotação insuficiente, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais urgentes;
3. Reforço da dotação da ação Pavimentação da Rua 25 de Abril/ Rua 1º de Maio - Bairro do Pinheiro Grande - 1ª fase com dotação insuficiente, de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimento concursal urgente.

Em consequência da reprogramação física e financeira das ações Intervenções de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela e da Requalificação do antigo polidesportivo do Poceirão, procedeu-se às anulações da receita, no valor global de 495.069,00 € (quatrocentos e noventa e cinco mil, sessenta e nove euros) nas rubricas de transferências de capital provenientes de financiamentos externos e Passivos Financeiros, ajustando o valor a receber em 2019.

O total do Orçamento após a 7ª alteração é de 60.475.581,25 € (sessenta milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um euros e vinte e cinco cêntimos), que representa um decréscimo de 0,81% relativamente ao Orçamento em vigor.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 7.ª alteração ao Orçamento de 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.»

Sobre a proposta de 7.ª Alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 numerada DADO 01_18-19 intervém:

O **Sr. Presidente** esclarece que a 7ª alteração ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 tem como objetivo proceder ao reforço de algumas ações que, neste momento, têm dotação insuficiente para possibilitar o desenvolvimento de alguns procedimentos concursais urgentes, nomeadamente o reforço da dotação da ação beneficiações diversas no parque escolar, porque há uma rubrica de beneficiações diversas, que não corresponde às grandes empreitadas, que precisa ser reforçada. O reforço da dotação da ação captação e estações de tratamento, referente a águas e esgotos, aquisição, conservação e manutenção de equipamento eletromecânico, porque são questões sempre imprevisíveis, ou seja, iniciam o ano com uma determinada dotação, porém, quando se verificam avarias ou necessidade de reformar algum equipamento que seja menos eficiente, no sentido de acautelar para que não haja qualquer perigo de interrupção do fornecimento deste serviço, é necessário reforçar a dotação para aquisição de novo equipamento eletromecânico e bombas. Depois, um reforço de uma ação para a 1.ª fase da pavimentação da Rua 25 de Abril e Rua 1º de Maio no Bairro Pinheiro Grande, para possibilitar o desenvolvimento de novo procedimento de concursal urgente, ou seja, foi um concurso que já foi anunciado, já decorreu mas, infelizmente também não teve concorrentes. Do estudo que a autarquia fez, perceberam que nem todas as empresas que trabalham nas pavimentações têm esta componente das redes de águas e esgotos, porque esta pavimentação no Bairro Pinheiro Grande inclui esta pré-instalação, pelo que se prevê que possa haver a necessidade de algum reforço financeiro para tornar o concurso mais atrativo e, por isso, propõe-se fazer este reforço.

Refere que também há uma reprogramação física e financeira de ações que estão a decorrer, nomeadamente, intervenções de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela, ou seja, trata-se de repartir a verba da fiscalização da empreitada porque, com a empreitada a terminar no final de novembro, a parte da fiscalização, por exemplo, só vai ser paga em janeiro do próximo ano e, por isso, estão já a colocar verba para o ano seguinte. Por outro lado, como a requalificação do antigo polidesportivo do Poceirão só vai agora para o terreno, vão apenas gastar cerca de 100.000€, passando o resto da verba para o ano 2020, para poderem iniciar a obra, porque não é crível gastar os 580.000€ este ano e, portanto,

consideraram não esperar pela revisão para não atrasar estes procedimentos e as alterações são, no essencial, desta natureza.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

GABINETE DE APOIO ÀS EMPRESAS E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Aceitação de doação e celebração de protocolo de colaboração com Smartenergy 1813.

PROPOSTA N.º GAEPI 01_18-19:

«A empresa Smartenergy 1813 procedeu ao licenciamento para a instalação de uma Central Solar Fotovoltaica, em Poceirão, ocupando uma área de 38,4, junto da DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), de quem aguarda a emissão de licença de produção e a obtenção do alvará de construção junto da CMP.

No passado dia 19 de junho, a Câmara aprovou a emissão de Declaração de Interesse Económico e Social, no âmbito do nº 3 do art.º 20º do RGPDM.

Nessa sequência, a empresa contactou os serviços no sentido de proceder à oferta da instalação de uma unidade fotovoltaica de eletricidade, para produção de energia para autoconsumo, num equipamento municipal a indicar pela Câmara, tendo-se concluído pela Biblioteca Municipal de Pinhal Novo.

Esta doação vem ajudar a responder aos objetivos do PAESP (Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela) e conseqüentemente ao PNEC2030 (Plano Nacional de Energia e Clima), permitindo reduzir os consumos de energia proveniente de fontes não limpas.

Face ao exposto, **proponho** que a Câmara aceite a referida doação, pela empresa Smartenergy 1813, Lda., sociedade por quotas com o número único de pessoa coletiva e de matrícula 514 814 977, com sede na Avenida Eng.º Duarte Pacheco, Amoreiras, Torre 2 – 16.º A, 1070-102 Lisboa, no valor de 10.000 euros consubstanciada na assinatura do protocolo de doação/colaboração de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cuja minuta se anexa.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Aceitação de doação e celebração de protocolo de colaboração com Smartenergy 1814.

PROPOSTA N.º GAEPI 02_18-19:

«A empresa Smartenergy 1814 procedeu ao licenciamento para a instalação de uma Central Solar Fotovoltaica, em Poceirão, ocupando uma área de 21,64ha, junto da DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), de quem aguarda a emissão de licença de produção e a obtenção do alvará de construção junto da CMP.

No passado dia 19 de junho, a Câmara aprovou a emissão de Declaração de Interesse Económico e Social, no âmbito do nº 3 do art.º 20º do RGPDM.

Nessa sequência, a empresa contactou os serviços no sentido de proceder à oferta da instalação de uma unidade fotovoltaica de eletricidade, para produção de energia para autoconsumo, num equipamento municipal a indicar pela Câmara, sugerindo-se o Centro Cultural de Poceirão.

Esta doação vem ajudar a responder aos objetivos do PAESP (Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela) e conseqüentemente ao PNEC2030 (Plano Nacional de Energia e Clima), permitindo reduzir os consumos de energia proveniente de fontes não limpas.

Face ao exposto, **proponho** que a Câmara aceite a referida doação, pela empresa Smartenergy 1814, Lda., sociedade por quotas com o número único de pessoa coletiva e de matrícula 514 814 977, com sede na Avenida Eng.º Duarte Pacheco, Amoreiras, Torre 2 – 16.º A, 1070-102 Lisboa, no valor de 10.000 euros consubstanciada na assinatura do protocolo de doação/colaboração de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cuja minuta se anexa.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Preço para venda da publicação «Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira».

PROPOSTA N.º DCDJ 01_18-19:

«A Câmara Municipal de Palmela participou a edição da obra «Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira», publicada pelas edições Colibri, tendo ficado com exemplares para venda. A edição resulta de um conjunto de conferências realizado com apoio da autarquia, no ano 2017, em coorganização

com os municípios de Sesimbra, Alcácer do Sal e o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa.

Com introdução do Professor José Mattoso, a obra apresenta estudos de um conjunto de investigadores, nos quais é reavaliada a forma como os setenta anos que medeiam entre as conquistas de Alcácer do Sal e de Lisboa (1147-1217) configuraram e condicionaram o desenvolvimento de um território sempre considerado de fronteira, cuja efetiva estruturação e caracterização ultrapassa em muito aquilo que concebemos como um território apenas de fronteira e acerca do qual sabemos hoje muito mais do que há alguns anos atrás.

A fim de proceder à venda da publicação, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o preço de venda ao público seja de € 20,00 (vinte euros) por exemplar, com IVA incluído à taxa legal em vigor.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Tarifa de inscrição no Curso comemorativo do Dia Nacional dos Castelos – 12 e 13 de outubro de 2019.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_18-19:

«Comemora-se a 7 de outubro o Dia Nacional dos Castelos, efeméride que este município tem assinalado, nos últimos anos, com a dinamização de uma formação sobre a temática, o que tem garantido a adesão de muito público.

O tema deste ano será “Fortalezas da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVI)”, e terá direção do Prof. Doutor André Teixeira – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas | Universidade Nova de Lisboa. A ação decorrerá entre os dias 12 e 13 de outubro e contará com o apoio da Direção Regional de Cultura do Alentejo e da Fundação da Casa de Bragança.

Por forma a compartilhar as despesas de realização do Curso, e ao abrigo da alínea e), do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se**:

a) a aplicação de uma tarifa de € 10,00 (dez euros) para o público em geral, com uma redução dessa tarifa em 50 %, isto é, no valor de € 5,00 (cinco euros) para alunos e professores de fora do concelho, membros do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago e sócios do Grupo de Amigos do Concelho de Palmela;

b) a inscrição gratuita para professores que lecionem em estabelecimentos de ensino do concelho e para alunos que residam ou estudem no concelho de Palmela e para portadores do Cartão Municipal IDADE MAIOR;

c) desconto de 10% nas tarifas mencionadas na alínea a) para portadores do Palmela Tourist Card.

As tarifas estão isentas de IVA, de acordo com o n.º 14.º do artigo 9.º do Código do IVA.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Municípes para intervir neste período.

Sra. Helena Santos (1.)

Cumprimenta os presentes e refere que reside na Rua Portal Branco e vem novamente à reunião de Câmara para saber como está o processo sobre as águas residuais, porque os habitantes daquela zona já estão um pouco esmorecidos por não saberem nada, aliás referem várias vezes que as coisas estão a andar, mas parece um andar a "passo de caracol". Portanto, questiona se já existe algo concreto, alguma data programada para o início dessa obra, porque, de facto, as pessoas já estão desmotivadas. Recorda que falou-se hoje, aqui, dos resíduos, mas até nesse aspeto, ali naquela zona também estão esquecidos, porque foi colocado contentores em todo o lado, mas não colocaram nenhuns desses contentores na Avenida Padre Nabeto. Refere que no mês de junho e julho tudo aconteceu ali, ou seja, na rua onde reside só existe um contentor e, infelizmente, as pessoas de outras ruas circundantes onde já existem novos contentores, vêm depositar o lixo no único contentor que têm na Rua do Portal Branco. Para além disto, assim que o contentor era limpo, logo a seguir vinham encher esse contentor com latas de tinta, madeiras, de materiais de obras e pinturas. Toda aquela zona está muito má, com muita porcaria junto dos contentores e não entende porque é que naquela rua, são sacrificados. Depois, refere que fez uma obra em casa e pediu o saco para depósito para o resto dessas obras e já passou, cerca 2 meses e ainda não foi recolhido, aliás já estabeleceu contato telefónico com o município e referiram que já tinha seguido a guia, portanto, o saco continua lá e por causa do estacionamento, teve de colocar o saco em cima da tampa da fossa séptica que fica no exterior e está a estorvar. Uma outra questão que coloca é sobre um terreno que segundo dizem, será para o Centro de Dia de Aires, e pergunta se a antiga escola básica de aires não poderia ser utilizada para esse fim, porque assim não se gastava tanto dinheiro. Refere ainda, que fala-se em muitos assuntos, mas pouco se fala nos idosos e é um problema, porque a população está cada vez mais envelhecida e questiona a quem cabe fazer esse Centro de Dia, se ao município ou se à Associação de Idosos? Porque aquele que existe, é muito escuros e mais parece um buraco, principalmente no inverno.

Sr. José Manuel (2.)

Cumprimenta os presentes e refere que vem agradecer ao município em seu nome e em nome de todos os que residem na zona da Lagoa da Palha Sul, que se revêm no trabalho levado a cabo pela autarquia. Refere que os investimentos feitos nas zonas mais rurais no concelho de Palmela são muito bem vistos e dão mais qualidade a quem se quer fixar no concelho, especialmente naquelas zonas que não estão concentradas nos núcleos urbanos de Palmela, Pinhal Novo ou Quinta do Anjo. Sobre a questão dos lixos, considera que houve um período crítico, que aliás, foi um daqueles munícipes que ligou para a autarquia a queixar-se. Refere que é uma questão velha, porque se calhar se houvesse um registo diário nos pontos de recolha, de quais as empresas que passam por determinados sítios e recorda, é apenas uma suposição porque não sabe a forma de como o município trata destes assuntos. Portanto, se o município tivesse um mapa de registo, ao final de cada dia, sabia aqueles que tinham ou não depositado os resíduos. Existem zonas que até aguentam que a recolha não seja feita durante dois dias, mas existem outros pontos que são considerados críticos, nomeadamente onde existem lares de idosos, em que os contentores tinham muitos lixos e é um problema para a saúde pública. É um problema que afeta todos e concorda com o Sr. Vereador Pedro Taleço, porque esta situação que tem de ser tratada pela sensibilização, pelo ensino das regras nas escolas e se passarem esta mensagem onde existem crianças e jovens, considera que é uma boa iniciativa que será benéfica para todos. Refere ainda que na questão dos resíduos, questiona para quando está planeada uma solução para os mercados mensais, porque no fim do dia de cada um, deixam milhares de plásticos a céu aberto e pelo ar, ficando tudo muito sujo, no recinto e fora do recinto e acha que deveria haver ali uma intervenção da autarquia. Por fim, deseja um bom trabalho ao executivo municipal.

O **Sr. Presidente** responde ao Sr. José Manuel (2.), dizendo que só amanhã é que o município irá conhecer as propostas sobre a empreitada e é um processo irreversível. De facto, toda aquela zona passará a ter outra qualidade de vida, depois dos esgotos e das pavimentações ficará uma zona toda consolidada. Sobre a última questão que colocou do mercado mensal, esclarece que a limpeza do mercado compete à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, que é quem faz a gestão e exploração do mercado e nem sequer é delegada, ou seja, é uma competência própria da Junta de Freguesia. Refere que ao longo dos anos têm sido experimentadas várias soluções para que os feirantes cumpram o que está no regulamento, e recorda que cada feirante tem de ensacar os seus resíduos e deixá-los no local do terrado, mas é fácil regulamentar e legislar, contudo informa que a junta fez um esforço, construindo umas gaiolas, sobretudo para os plásticos, que colocou no meio do mercado, mas é muito difícil disciplinar toda aquela gente. O município já tentou envolver a Amarsul na área interior do mercado para ajudar a Junta de Freguesia de Pinhal Novo a ter ali uma recolha mais eficiente daqueles resíduos, sobretudo, quando o vento está de norte e muitos desses resíduos passam por cima das moradias da Rua da Lagoa da Palha e espalham-se por aquela zona.

O **Sr. Presidente** responde à Sra. Helena Santos (1.), dizendo que em relação ao saco, têm-se verificado problemas com a Suma, que tem tido os circuitos da recolha dos monos em atraso e também da recolha destes sacos. Aliás, a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, na semana passada, teve uma reunião muito dura e uma troca de mensagens muito dura com a administração da Suma que gere este tipo de recolha. Em relação aos contentores, refere que o município adquiriu mais um conjunto significativo de contentores e, nalguns locais, em vez de duplicar o contentor que pode significar duplicar o problema, estão a proceder à substituição de alguns contentores de 800 para 1100 litros, mas terá de ser feita uma avaliação naquele local, se a distribuição está correta, até por causa do problema que falou, ou seja de pessoas que vêm a caminho e preferem deixar o seu lixo à porta de outros do que distribuir nos contentores perto da sua residência, aliás, no Pinhal Novo, sobre esta questão da Amarsul, falaram com munícipes que relataram que, no espaço de 12 a 15 metros, existem contentores para recicláveis e 12 a 15 metros depois, outra bateria de contentores e toda a gente vai colocar no 1º espaço à porta de um estabelecimento comercial e os outros estão lá sem nada, portanto, são situações difíceis de explicar. Refere que todos os dias procuram soluções, não sabem mais, nem menos do que ninguém, mas garante que o município está fortemente apostado em melhorar esta situação.

Sobre a empreitada, pede para que não esmoreçam, porque como a Sra. Helena Santos sabe, tem havido reuniões e acrescenta que o projeto já foi um grande investimento e a obra também vai ser um grande investimento, mas, às vezes, surgem desafios técnicos. Pois enquanto na Lagoa da Palha tiveram um munícipe que prontamente disponibilizou uma parcela do seu terreno para instalar a estação elevatória, neste projeto, em concreto, não conseguiram ter essa solução e estão a redesenhar e, até final do mês, princípio de outubro, este concurso vai para a rua e irá ser feita uma estação elevatória, enterrada na estrada que é uma solução que existe em várias partes do mundo, porque, ao menos a estrada é pública, ficará com uma tampa metálica, como existe para telecomunicações. Tinha sido preferível que fosse num outro sítio, principalmente para quando é necessário fazer a manutenção das estações de bombagem, seria mais simples e não se interrompia a circulação da estrada. Refere também que esta explicação foi dada na semana passada sobre este projeto, porque é que estava este já na rua e o de Cajados ainda não, aliás em Cajados, o município acabou de saber que tem uma zona em REN e teve a reprovação da Infraestruturas de Portugal, porque é necessário atravessar a estrada para a Gâmbia e a Infraestruturas de Portugal quer uma alteração ao projeto que vai atrasar este investimento, Em Aires, foi a questão da estação de bombagem elevatória e para melhor esclarecimento, dá a palavra à Dra. Teresa Palaio, Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território.

O **Sr. Presidente** dá a palavra à Sra. Diretora do Departamento de Administração e Gestão Operacional do Território para que preste informação acerca da empreitada. A sua intervenção fica registada do seguinte modo:

. Cumprimenta os presentes e esclarece que, o que se passa com este projeto são dois pequenos problemas e daí haver a indicação do Sr. Presidente para dividirem em 2 fases, de um lado, de facto, embora até tenham sido feitas visitas com o proprietário ao local, o município não conseguiu negociar o terreno para instalação da pequena ETAR e, portanto, a opção para não atrasar mais, foi redesenhar a localização da mesma, que fica na estrada, ou seja, a parte que vai receber, fica do lado da Rua Portal Branco, Rua de Setúbal e Rua do Salgueiro Maia, portanto, quem desce para Setúbal, do lado esquerdo da Estrada Nacional. Mas existe outro problema, que ainda não está resolvido, do lado direito, ou seja, para passar um coletor e que também não estão a conseguir resposta, ou seja estabelecer contacto com os herdeiros de um terreno onde o coletor tem que passar. Portanto, o Sr. Presidente já tinha dado indicação para separar, fazer em 2 empreitadas diferentes porque, a do lado direito em direção a Setúbal que abrange a zona de Miraventos e Quinta Tomé Dias que vai ligar a Setúbal está mais atrasada. Do lado esquerdo, o projetista está a acabar de fazer os desenhos com a nova localização da estação e espera-se que no final do mês, início de outubro, haja condições para lançar o concurso na plataforma.

A **Sra. Helena Santos (1.)** refere que quando a autarquia procurou um terreno para instalar a estação elevatória, falou na altura, com uma senhora que tem um armazém em Aires e essa senhora disse que não havia problema, não sabe se foi aí que procuraram o terreno para fazer a estação elevatória.

A **Sra. Diretora do Departamento de Administração e Gestão Operacional do Território** volta a intervir para referir que foi um dos terrenos, até porque foram feitas várias reuniões com diversos moradores e muitos desses moradores dispuseram-se a ajudar, mas nada surtiu efeito. Explica que foi estabelecido um contacto, não com essa senhora, mas com um senhor da família Acácio e o senhor foi com elementos do município ao local e até foi também em Aires, a uma estação que a autarquia ali tem para ver como era, mas não foi possível chegar a bom termo nas negociações e acabaram por optar em fazer na estrada, em terreno público, para obter um resultado mais rápido e mais fácil, porque as pessoas têm sempre receio de ter no seu terreno uma estação, enfim, são simpáticas, mas tem sempre algum receio e o município acabou por optar, para não estar a atrasar mais o processo, redesenhar para um espaço público.

A **Sra. Helena Santos (1.)** questiona se o terreno na Rua de Setúbal que liga a outra estrada antes, que pertence a um advogado de Setúbal já tem a situação resolvida?

A **Sra. Diretora do Departamento de Administração e Gestão Operacional do Território** volta a intervir para referir que esse problema já está resolvido, por isso pressupõe que no final deste mês ou início de outubro seja possível lançar o concurso.

O **Sr. Presidente** refere que irão ter de confirmar a boa notícia do lançamento do concurso em outubro. Em relação à questão colocada sobre o terreno para o Centro de Dia, esclarece que a antiga escola básica de Aires está ocupada, pertence ao município e não está à venda. Portanto, está ocupada, é um centro de reservas arqueológicas e museológicas. Quanto à necessidade de Centro de Dia no local, refere que, em tempos, esteve sinalizado um terreno em Aires para ceder, não à Associação de Idosos de Palmela, mas à Santa Casa da Misericórdia de Palmela que entretanto desinteressou-se desse terreno. Portanto, numa das próximas reuniões, irá ser apresentado em reunião de Câmara, a cedência de um terreno, melhor localizado, mais desafogado, junto ao campo de jogos de Padre Nabeto, que é municipal, porque esta IPSS tem a intenção de concorrer a uns fundos comunitários, para a construção de um Centro de Dia e Lar. O município vai fazer parte da solução, cedendo o terreno para equipamento e espera-se que essa candidatura tenha sucesso e possa haver essa resposta qualificada na localidade e, que irá permitir desativar as outras respostas menos qualificadas.

• **Data da próxima reunião de Câmara – O Sr. Presidente** informa que a próxima reunião de Câmara está agendada para o dia 18 de setembro de 2019.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e cinquenta e três minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco